

Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro
realizada em 02 de Dezembro de 2010

----- Aos dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Concelho e sala de reuniões da Câmara Municipal, compareceram todos os elementos que constituem o Executivo Municipal: o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Vereadores Dr.^a Liliana Clementina Machado de Sousa, Dr. António José Ferreira Afonso e Dr. Adelino da Silva Cunha. Esteve ausente, por motivo justificado, o Sr. Vereador Dr. Luís António de Sousa Teixeira -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a sessão eram dez horas e dez minutos. No início da sessão, procedeu-se à leitura da acta da reunião de quatro de Novembro de dois mil e dez. Feitas e aprovadas algumas alterações a essa acta foi, seguidamente, colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- No início da sessão e no período de “Antes da Ordem do Dia”, o Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por dar resposta à questão colocada pelo Sr. Vereador Dr. António Afonso, na reunião do dia quatro de Novembro, sobre a remodelação efectuada à “página Web” do Município, referindo a ausência dos elementos do Executivo Municipal na composição dos Órgãos da Autarquia. O Sr. Presidente afirmou ter averiguado essa questão e verificou que esse dado já constava na “página Web” do Município. Ainda no tocante a este assunto, designadamente à autoria dos textos, questão também abordada pelo Sr. Dr. António Afonso na reunião supra mencionada, o Sr. Presidente solicitou a autorização do Sr. Vereador para utilizar textos da sua autoria na “página Web” do Município. -----

----- Em seguida, o Sr. Presidente informou que, no passado dia dez de Novembro, esteve reunido com a D. Julieta, responsável pelos Serviços dos CTT do Distrito de Braga, para abordar o ponto da situação dos Postos dos CTT de Terras de Bouro e do Gerês. Nesta reunião a D. Julieta garantiu a continuidade do Posto dos CTT de Terras de Bouro e ainda o melhoramento do mesmo em termos de dinamização. O facto dos carteiros afectos aos dois Postos dos CTT de Terras de Bouro terem sido transferidos para os concelhos de Amares e Vieira do Minho não se prende com razões de encerramento dos mesmos, mas sim uma forma de rentabilização dos serviços e uma maior facilidade de substituição por motivo de ausência ao serviço de algum funcionário. Relativamente ao Posto dos CTT na Vila do Gerês, o Sr. Presidente declarou que a situação é mais complexa. Referiu que, segundo lhe informou a D. Julieta, o Posto regista um movimento muito moderado que não justifica a sua continuidade e uma vez que é imposição da ANACOM o encerramento de todas as estações dos CTT que não justifiquem a sua continuidade, a perspectiva de encerramento deste Posto é muito elevada. O Sr. Presidente afirma ter apresentado a sua contestação e

discordância a este decisão dos CTT, mas tudo aponta para que esta medida venha a ser tomada num futuro mais ou menos próximo. Neste pressuposto, é intenção do Executivo em permanência tentar encontrar uma forma para manter o espaço aberto. Se houver liberalização dos serviços de correio a partir do dia um de Janeiro de 2011, tal como lhe foi transmitido pela responsável dos Serviços dos CTT do Distrito de Braga, talvez seja possível encontrar uma solução que não prejudique as populações, embora a situação do actual funcionário desse Posto também deva merecer uma atenção especial por parte do Executivo. -----

----- O Sr. Presidente prestou informações sobre a reunião da Assembleia Municipal que se realizou na segunda-feira passada, dia vinte e nove de Novembro, nos Paços do Concelho. No período de “Antes da Ordem do Dia”, foram colocadas várias questões sobre diversos assuntos de interesse para o Município e que mereceram respostas e esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara, como o processo do Intermarché, algumas obras e projectos municipais, etc. Da “Ordem do Dia” dessa Assembleia constavam os seguintes pontos:

1. Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do n.º 1, do art.º 53, do Decreto – Lei nº169/99 de 18 de Setembro. -----
2. Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis – Aprovado por unanimidade. -----
3. Análise e votação de Proposta sobre a participação variável no IRS – Aprovado por maioria com, sete abstenções. -----
4. Análise e votação da Proposta sobre a Derrama – Aprovado por unanimidade. -----
5. Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2011 – Aprovado por maioria, com seis abstenções e uma declaração de voto do PS. -----

----- Posteriormente, o Sr. Presidente deu conhecimento de que amanhã, dia três de Dezembro, haverá em Braga um encontro com o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas sobre a dinamização dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante, onde vai estar presente. -----

----- O Sr. Presidente informou também, que no próximo dia nove de Dezembro, se realiza uma reunião do Conselho Estratégico do PNPG. Dado que é o Município de Terras de Bouro quem assume a presidência da referida Comissão, o Sr. Presidente mostrou-se receptivo a alguma questão pertinente que os Srs. Vereadores entendam colocar para essa reunião. -----

----- Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra aos Srs. Vereadores. -----

----- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. António Afonso, referindo que estava convicto de

que o Sr. Vereador Dr. Luís Teixeira estivesse de férias, uma vez que na segunda-feira passada, aquando da realização da reunião da Assembleia Municipal, constatou a preocupação da Sra. Vereadora Dra. Liliana Machado e do Sr. Presidente em resolver questões inerentes à Protecção Civil, pelouro atribuído ao Sr. Dr. Luís Teixeira. -----

----- Sobre esta matéria, interveio a Sra. Vereadora Dra. Liliana Machado para esclarecer que a sua intervenção era necessária, dado ser a responsável pelos transportes escolares e conhecer perfeitamente as Entidades que asseguram os transportes dos alunos, encontrando-se o Dr. Luís Teixeira a comandar no terreno a equipa de Protecção Civil. -----

----- Retomando o uso da palavra e sobre a reunião da Assembleia Municipal, o mesmo Vereador referiu que o Sr. Presidente entregou aos Srs. Deputados Municipais cópia da síntese do relatório da auditoria efectuada às contas do Município relativamente ao ano de 2009, quando tinha afirmado que só o iria fazer depois de uma abordagem mais exaustiva do documento com todo o Executivo Municipal. O Sr. Vereador afirmou que o Sr. Presidente não tem dado o conhecimento preciso e atempado desta matéria ao Srs. Vereadores do PSD que sempre têm manifestado abertura para com o Executivo em permanência, e por isso devem ser convenientemente informados sobre os assuntos de interesse municipal e sempre antes da Assembleia Municipal. Acrescentou ainda o Sr. Vereador que o Executivo em permanência perspectivava com esta auditoria aniquilar politicamente o Executivo anterior, mas isso não aconteceu. O resultado da auditoria não revelou nada de novo, visto que “recomenda” o cumprimento do POCAL, medida já praticada pelo Executivo anterior que alertava constantemente os Chefes de Divisão para o cumprimento desse documento e tendo mesmo alterado alguns procedimentos para seguir com exactidão toda a legislação autárquica, ao contrário do que o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu na Assembleia Municipal, passando a ideia de que o Executivo anterior não se preocupava minimamente com essa legislação e que o Executivo em permanência está empenhado em seguir os procedimentos do POCAL. Como não pode intervir na Assembleia Municipal, a não ser em situações extraordinárias, o Sr. Vereador quis deixar aqui o seu esclarecimento de que a ideia transmitida pelo Sr. Presidente não foi correcta. -----

----- Retorquiu de imediato o Sr. Presidente, declarando que nunca fez acusações ao Executivo anterior no âmbito da seriedade e jamais duvidou dela. O que o Sr. Vereador estava a afirmar, com base nas suas intervenções na Assembleia Municipal, são meras interpretações, acrescentou. -----

----- Relativamente às considerações que o Sr. Vereador Dr. António Afonso proferiu sobre a auditoria, o Sr. Presidente declarou que já havia informado os Srs. Vereadores do PSD, numa reunião do Executivo, sobre o relatório resultante da auditoria efectuada às contas do Município relativas ao ano de 2009. Entretanto, o Sr. Presidente referiu ter solicitado ao

Auditor uma síntese do Relatório para entregar na Assembleia Municipal. Como essa síntese lhe foi entregue seis dias antes da Assembleia Municipal e não se tendo verificado nenhuma situação extraordinária ou algum dado novo, o Sr. Presidente considerou que não seria necessário repetir a abordagem do assunto com o Executivo Municipal, o que obrigaria a convocar para o efeito uma reunião extraordinária. No que se refere à afirmação do Sr. Vereador, dizendo que não acha de “bom tom” ter escondido essa informação do Executivo, o Sr. Presidente quis deixar bem claro que não esconde informações e que o Executivo em permanência não efectuou esta auditoria para “aniquilar politicamente” o Executivo anterior, mas tão somente, como já foi afirmado por diversas vezes, para saber exactamente o “estado” das contas do Município. -----

----- Interveio novamente o Sr. Dr. António Afonso dizendo que o Sr. Presidente, embora de forma indirecta, acusou o Executivo anterior ao afirmar que existem obras, como o Centro Interpretativo do Garrano e a Galeria dos Miliários, que não têm utilidade. -----

----- O Sr. Presidente retorquiu que as afirmações que tem proferido sobre essa matéria demonstram apenas a dificuldade em encontrar uma finalidade prática ou útil para essas obras, o que é verdade. É urgente rentabilizar o investimento feito nessas obras e encontrar uma solução para dinamizar esses espaços. -----

----- Retomou o uso da palavra o Sr. Vereador Dr. António Afonso, afirmando ter conhecimento do envio de correspondência ao cuidado dos Srs. Vereadores do PSD e que esta não lhes tem sido entregue. Neste sentido questionou o que é feito dessa correspondência, se vai parar ao caixote do lixo ou se fica na gaveta. -----

----- Seguidamente questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto da situação do processo “RIP”, em Rio Caldo, pois o Sr. Presidente ficou de averiguar o assunto junto do Sr. Dr. Paulo Valente Monteiro, do Gabinete de Apoio Jurídico do Município. -----

----- Prosseguindo, o mesmo Vereador afirmou ter tido conhecimento de que um industrial de Paços de Ferreira estava interessado em montar uma empresa de móveis na zona industrial de Moure, Balança, e que o Executivo em permanência não manifestou interesse nesse investimento. Deste modo, solicitou ao Sr. Presidente informações sobre esta matéria.

----- Sobre esta última questão, o Sr. Presidente informou o Sr. Dr. António Afonso de que, na verdade, um industrial de Paços de Ferreira mostrou interesse na instalação de uma empresa de mobiliário, mais precisamente de sofás, no concelho e que a autarquia se prontificou a disponibilizar o espaço que possui em Moure, Balança, mas que esse empresário não queria suportar a despesa das obras necessárias à construção do pavilhão, pois essas obras exigem um grande esforço financeiro. O empresário solicitou à Câmara Municipal que executasse as obras necessárias para a construção do pavilhão e o Sr.

Presidente não aceitou, pois a Câmara não está vocacionada para parcerias desta natureza. Por isso, não se concretizou a intenção do empresário. A autarquia, acrescentou o Sr. Presidente, não fará parcerias com empresários para a instalação de indústrias. -----

----- Sobre o processo “RIP”, que já vem do Executivo anterior e que se arrasta no tempo, o Sr. Presidente informou que o caso está entregue ao Gabinete de Apoio Jurídico e que tudo aponta para a demolição da obra construída de forma ilegal, mas que se informará mais detalhadamente sobre este processo para esclarecer os Srs. Vereadores. Sobre a questão colocada pelo Sr. Dr. António Afonso sobre a correspondência remetida para a autarquia ao cuidado dos Vereadores do PSD, o Sr. Presidente referiu não ter conhecimento de algum caso em que essa correspondência tenha sido ocultada e acha muito improvável, para não dizer impossível, que tal tivesse acontecido. Contudo, vai avaliar a situação e prestará informações na próxima reunião. -----

----- Por último, o Sr. Vereador Dr. António Afonso solicitou que, numa próxima reunião, o Sr. Presidente faça o ponto da situação relativo ao “Arranjo Urbanístico das Margens da Albufeira da Caniçada”. -----

----- Em relação a esta questão, o Sr. Presidente informou que, neste momento, o Sr. Engenheiro Peixoto, Técnico da Autarquia e o Sr. Arquitecto Vítor Mogadouro, têm estabelecido contactos com a CCDRN, no sentido de obter parecer favorável para o avanço do projecto que será elaborado pelo Sr. Arq. Vítor Mogadouro no valor de 24.000.00 €. O Sr. Presidente deu ainda conhecimento de alguns pormenores do futuro projecto. -----

----- Terminado o período de “Antes da Ordem do Dia”, entrou-se na discussão dos pontos que constam na “Ordem de Trabalhos”, sendo deliberado que os mesmos fossem de imediato aprovados em minuta que a seguir se transcreve na íntegra, nos termos do n.º3, do artigo 92.º, da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, para que se possam produzir de imediato os efeitos legais. -----

(segue-se a transcrição da minuta)

----- Sendo 12 horas e 05 minutos, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----